

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 573, DE 1995

Dispõe sobre o certificado de garantia de quilometragem rodada de pneus novos para carros de passeio e dá outras providências.

Autor: Deputado Júlio Redecker

Relator: Deputado Hugo Leal

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição em epígrafe de autoria do Deputado Júlio Redecker, com o propósito de estabelecer o certificado de garantia de quilometragem de pneus.

Para esse efeito, o autor, a propósito da afirmação dos fabricantes de que os pneus produzidos no país têm a mesma qualidade daqueles fabricados no exterior, defende a criação do certificado de garantia de rodagem mínima.

A proposição foi distribuída para análise de mérito às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que a aprovou nos termos de um Substitutivo, e à Comissão de Defesa do Consumidor, que, por seu turno, houve por bem rejeitá-la.

Cabe-nos, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a análise, nos termos do art. 54 do Regimento Interno, da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria tramitava conclusivamente, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno, mas, em razão da divergência de pareceres, deverá ser feita remessa ao Plenário, caso a nossa Comissão consinta com a sua livre tramitação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em que pesem os bons propósitos do autor impõem-se-nos, infelizmente, apresentar, à matéria, obstáculos de ordem jurídica, não diretamente no âmbito da constitucionalidade, mas sim no da juridicidade.

Em primeiro lugar, a proposição busca realizar, mediante lei federal, medidas típicas de ordem administrativa. Em outras palavras, como chamou atenção o parecer exarado pelo Relator na Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Walter Ihoshi, o art. 39, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, já estabelece a obrigação de que os produtos colocados no mercado – aí claramente incluídos os pneus – devem observar as

“normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.”

Desse modo, com o advento do Código de Defesa do Consumidor, cremos que o intento almejado pela proposição já se encontra contemplado, sobretudo quando se faz a conjugação entre a lei federal (referido Código, bem como o Código de Trânsito Nacional – que é de 1997 – e que penaliza o descumprimento das normas de segurança) e as disposições administrativas pertinentes de caráter regulamentar.

Portanto, no âmbito da juridicidade cremos que a proposição não se sustenta e assim também o Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que, ademais, tem o seu art. 2º eivado de inconstitucionalidade ao estabelecer, desnecessariamente, a regulamentação da matéria por parte do Poder Executivo).

Ainda no âmbito da juridicidade, e já em conexão com a técnica legislativa, a Proposição, no seu art. 4º, não observa a Lei Complementar nº 95/98 ao estabelecer cláusula revocatória sem a especificação de dispositivo legal.

Isso posto, votamos pela injuridicidade do PL 573, de 1995, falta de técnica legislativa, e, ainda, pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado HUGO LEAL
Relator